

## MEMÓRIA

### 2ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do SISA

**Data/Horário:** 23 de novembro de 2015, de 09h às 15h.

**Local:** Centro de Formação dos Povos da Floresta - Comissão Pró Índio, Rio Branco-AC. Estrada Transacreana, s/nº.

**Pauta:**

1. Informes
2. Edital Indígena de 2016
3. Definição do calendário de 2016
4. Nova formação do GTI

**Síntese dos assuntos tratados:**

**Magaly** iniciou a reunião às 9h30 solicitando que todos se apresentassem. Após as apresentações, fez um breve relato sobre as discussões da última reunião, ocorrida em setembro. Registrou a ausência da Apiwtxa e a presença de cinco organizações que não haviam sido convidadas, mas que solicitaram participar dessa reunião e todos concordaram.

**Vera** falou da sua nova função no GTI, como representante da Funai.

**Magaly** procedeu aos informes. Abordou inicialmente as críticas *NO REDD*, descritas em um documento que foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Acre; em Cruzeiro do Sul e no Parlamento Alemão. Explicou que os projetos privados atuais de REDD no Acre não faziam parte do SISA e solicitou um posicionamento do grupo sobre essa questão.

**Zezinho** considerou importante tornar esse assunto tema de pauta. Todos concordaram.

**Marcelo** informou que as críticas diziam que as políticas de REDD empatavam os índios de caçar, pescar etc. Destacou que os grupos indígenas, entrevistados para a elaboração do documento *NO REDD*, não faziam parte do Estado do Acre. Afirmou haver uma estratégia de barrar as políticas de REDD no Acre, cometendo equívocos e falando em nome de todos os indígenas. Concluiu que esse entendimento não estava adequado ao que vinha sendo implementado no Acre. E que havia uma posição ideológica contra os projetos de REDD. Disse que era importante refletir sobre os incentivos recebidos nas terras indígenas do Acre, o que era diferente dos outros projetos de REDD.

**Aderaldo** comentou que o Povo Jaminawa era visto às vezes como povo que emperrava os processos. Mas que, apesar de terem tido dificuldades, muitos deles tinham estudado. E sugeriu que o governo fizesse um levantamento sobre os Jaminawa.

**Francisca** pediu que os membros do GTI defendessem as discussões, decisões, posicionamentos decididos no Grupo, quando estivessem em outras reuniões.

**Magaly** falou que era preciso ter clareza do papel do GTI: o diálogo dos indígenas no SISA. Destacou que o governo alemão escolheu o Estado do Acre por conta do trabalho de desenvolvimento sustentável que vinha sendo implementado pelo Governo e pela sociedade civil. Esclareceu que não eram aceitos os

projetos privados que tinham metodologia em desacordo com a adotada no SISA. E que o dinheiro recebido do governo alemão se tratava de uma doação; não era uma compensação. Apontou a proteção das florestas como o melhor caminho para proteger o clima.

Informou que a coordenadora do Programa REM na Alemanha concordou em prorrogar o prazo de vigência dos incentivos aos AAFI até o final do ano de 2016, em resposta à solicitação feita na reunião do GTI de setembro de 2015. E que o Acre participaria da COP21 junto com o MMA. Recomendou que os AAFI trabalhassem em novos projetos para 2017.

**Francisco Piyãko** esclareceu que o povo dele desenvolvia atividades independentes do interesse de alguém. Acrescentou que eles tinham diálogos com o governo e outras instituições, mas não eram obrigados a nada. Afirmou não ter dúvida de que o SISA fornecia estrutura; processo seguro para a implementação de políticas; salvaguardas que foram criadas. Sugeriu a realização de oficinas nas comunidades. Criticou a falta de formalidade dos representantes do GTI, o que impediu a participação deles na COP20.

Disse que eles no GTI estavam construindo um processo e que o documento *NO REDD* havia sido escrito por alguém que não conhecia a realidade. Sugeriu que após a nova estruturação do GTI, fossem chamados os *NO REDD* para um alinhamento. Afirmou que o SISA não era a solução para tudo; era uma via.

**Zezinho** propôs formar uma comissão para dar resposta ao documento.

**Vera** considerou que as coisas estariam desfavoráveis para os povos indígenas, no momento. Destacou que o reconhecimento dos AAFI no Brasil e na Alemanha era fruto do trabalho dos povos indígenas. Recomendou que a informação fosse muito bem trabalhada, que a ação fosse muito bem qualificada. Pois as críticas que estavam recebendo representava um desserviço aos direitos indígenas, servindo para fortalecer os ruralistas e reduzir esses direitos.

**Manoel** (Colônia 27) disse que se tratavam de temas novos para ele, que não tinha conhecimento do GTI. Agradeceu a quem trouxe água, alternativas, tirou o alcoolismo das terras dele. Disse que sem conversa não havia transparência. E defendeu que fossem feitas conversas com todos. Considerou que se o inimigo estava perto, era melhor de resolver.

**Ninawa** apresentou-se como recém-conduzido na Federação Huni Kui e membro da Opiara. Relatou sobre sua participação na oficina da Escola da Floresta sobre Projeto de REDD. Participou do início da criação do GTI. Questionou porque até aquele momento ninguém havia ido à aldeia dele, fazer uma consulta. Disse que se falava em PSA e compensação por serviços ambientais na aldeia; que o dinheiro do KfW seria a fundo perdido. Esclareceu que não havia projeto de REDD em TIs do Acre, mas havia outros projetos. Um deles era o Projeto Purus, onde não se podia caçar, pescar, nem tirar madeira. Comentou que a COICA iria apresentar proposta de salvaguardas na COP21. Falou do pedido do CIMI para que o governo do Estado fizesse prestação de contas para a sociedade. E pediu que fosse feita prestação de contas para as comunidades indígenas. Relatou já ter sido ameaçado. Classificou o trabalho dos AAFI como fundamental.

**Magaly** retomou as discussões a respeito de salvaguardas socioambientais. Comentou sobre os eventos de destaque que o Governo do Acre participou; e que estaria recebendo um certificado de reconhecimento por esse trabalho. Deu informe sobre a participação de representantes do Estado na COP21, dizendo que diante dos atentados em Paris, o Ministério das Relações Exteriores recomendou aos Estados que levassem apenas os representantes governamentais. Portanto, o Governo do Acre decidiu não levar os comunitários. Relatou os pontos que seriam discutidos na Conferência. Solicitou que

as metas de redução de emissões por desmatamento, nacionais e estaduais, fossem encaminhadas aos membros do GTI.

**Francisco Piyáko** informou que os cinco representantes da Apiwtxa cancelaram sua participação na COP21.

**Vera** sugeriu que a discussão sobre as Intenções nacionais para manter a temperatura global abaixo de 2°C e sobre as metas do Acre, fosse feita no âmbito do GTI. Bem como a discussão sobre as salvaguardas nacionais.

**Marcelo** comentou a respeito das estratégias que pensavam a PNGATI e do Plano Integrado de implementação dessa política. Considerou essa discussão inspiradora para o GTI.

**Joaquim** falou da sua ida para a COP21. Comentou que o GTI discutia temas globais, como as mudanças climáticas. **Francisca** informou da sua desistência de participar da COP, mas solicitou que o governo do Acre comunicasse aos indígenas sobre o evento. **Magaly** solicitou o envio da programação do Dia do Acre na COP21, aos membros do GTI. **Ninawa** relatou que estaria viajando no dia 26 de novembro e **Tashka** no dia 24, a Paris.

**Magaly** passou ao ponto de pauta seguinte, o edital de projetos indígenas.

**Francisco** avaliou que o edital de projetos indígenas foi um processo lento, não teve cumprimento de prazos e não houve clareza sobre compra de equipamentos e infraestrutura. Recomendou melhorar o fluxo para o próximo edital.

**Joaquim** comentou sobre a burocracia. **Magaly** esclareceu que os recursos eram destinados às boas práticas produtivas sustentáveis, dentro de um PGATI discutido com a comunidade.

**Valdenira** relatou interesse em encaminhar projeto para fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis, que abrange mais de uma terra indígena. **Magaly** comentou não haver problema.

**Vera** denunciou que houve discussões sobre o edital no âmbito do GTI, mas que a instância de governo não acatou as recomendações. Acrescentou que os pareceres não haviam sido considerados e questionou a Comissão de aprovação de projetos. Sugeriu discutir os critérios de repartição de benefícios.

**Letícia** disse que as informações estavam diferentes. Sugeriu que houvesse recorte de gênero e solicitou a realização de uma oficina sobre mudanças climáticas com mulheres indígenas.

**Francisca** recomendou que quando houvesse dúvidas sobre a AMAAIAC, que fosse procurada a Coordenação da própria AMAAIAC.

**Francisco Piyáko** questionou sobre o acompanhamento de resultados, considerando o fortalecimento local.

Em seguida foram planejadas as atividades do Grupo de Trabalho Indígena em 2016, com a indicação dos seguintes tópicos de discussão para as reuniões:

- Levantamento de recursos disponíveis;
- Adoção de estratégias: cursos de formação, difusão de informação;

- Metas do Estado e metas nacionais de redução de emissões por desmatamento;
- Monitoramento de projetos;
- Salvaguardas;
- Apresentação institucional do SISA em Brasília;
- Apresentação sobre a COP21.

Ficou agendada próxima reunião do GTI para o dia 29 de fevereiro de 2016 (1ª Reunião Ordinária), com previsão de discussão sobre o Edital indígena.

Posteriormente, os presentes manifestaram-se quanto à participação da nova composição do GTI:

1. IMC – Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais
2. AEPI – Assessoria de Assuntos Indígenas
3. FUNAI – Fundação Nacional do Índio
4. CPI - Comissão Pró-Índio
5. AMAAIAC – Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
6. OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre
7. OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
8. SITOAKORE – Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
9. ASCY – Associação Sociocultural Yawanawa
10. Associação Arara do Igarapé Humaitá
11. APIWTXA – Associação Ashaninka do Rio Amônia
12. AJC – Associação das Comunidades da Terra Indígena Jaminawa do Rio Caeté
13. AAPBI – Associação Agroextrativista Poyanawa Barão Ipiranga
14. AIN – Associação indígena Nukini
15. OPITAR – Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá (OPITM – OPIRE)
16. MAPHKAHA – Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco
17. OAKAT 27 – Organização dos agricultores da Terra Indígena Colônia 27

A Associação do povo Nawa foi indicada inicialmente, mas em seguida a representante Lucila considerou que como já fazia parte do Grupo de Trabalho de Mulheres do SISA (GTM), poderia retirar seu nome do GTI.

**Ninawa** informou que, como membro da Federação do Povo Huni Kui do Acre (FEPHAC), iria propor reunião para discutirem o interesse em participar e indicar representantes para o GTI.

As seguintes instituições confirmaram seus representantes:

**AAPBI:** José Luiz Martins de Lima (Titular) e José Marcondes Rosa (Suplente).

**OAKAT 27:** Raimundo Mateus Martins (Titular) e Assis Gomes da Silva Kaxinawa (Suplente).

**AIN:** Érison Nukini (Titular) e Paulo de Almeida (suplente).

Após aprovação do planejamento para 2016 e da nova composição do GTI, a reunião foi encerrada.

#### Encaminhamentos:

- O GTI deverá formar comissão para responder às críticas *NO REDD*; convidar novamente os *NO REDD* para reunião de nivelamento das informações; discutir a repartição de benefícios e os critérios para o edital de projetos indígenas do SISA de 2016.
- O Governo deverá difundir as informações para que cheguem às comunidades com transparência; realizar cursos de capacitação nas comunidades e consultas adotando métodos adequados às especificidades indígenas; difundir informações para instituições de fora do Estado; melhorar o fluxo, promover o fortalecimento local e considerar as recomendações do GTI para o próximo edital de projetos; providenciar a formalização do GT Indígena.
- Governo e GTI, em colaboração deverão trabalhar muito bem a informação; definir onde começar; realizar a 1ª Reunião Ordinária de 2016, agendada para o dia 29 de fevereiro.

#### Participantes:

Magaly Medeiros (IMC)  
José de Lima Kaxinawá (AEPI)  
Marcelo Piedrafita (AEPI)  
Joaquim Luiz Yanawá (ASCY)  
Laura Yananwá (ASCY)  
Vera Olinda Sena de Paiva (FUNAI)  
Edilson Rosa da Silva (AMAAIAC)  
Maria Luiza Ochoa (CPI/AC)  
Marcos Catelli Rocha (CPI/AC)  
Eldo Carlos Gomes (OPIAC)  
Francisca Arara (OPIAC)  
Francisco da Silva Piyãko (OPIRJ)  
José Maria Pereira (Assoc. Arara do Igarapé Humaitá)  
Aderaldo Correia da Silva (AJC)  
Letícia Luiza Yawanawá (SITOAKORE)  
Valdenira da Silva Batista (SITOAKORE)  
José Marconde Rosa (AAPBI)  
Lucas Azevedo Nascimento  
Lucila da Costa Moreira (Assoc. do Povo Nawa)  
Érison Nukini (AIN)  
Jorge Domingos Kaxinawa (APKANF)  
Raimundo Mateus Martins (OAKAT 27)  
G. de Araújo Teixeira  
Ninawa Huni Kui (OPIARA)  
Manoel Gomes da Silva (OPITAR)  
Antonio Ferreira (OPITAR)  
Larissa Barbosa (IMC)